



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



“Lítio Verde” no Vale do Jequitinhonha: ressurgência de discursos desenvolvimentistas e disputas internacionais

Lauanda Lopes De Souza¹ 

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O presente artigo investiga a ressurgência e persistência dos discursos desenvolvimentistas de meados do século XX para o século XXI sobre o Vale do Jequitinhonha, especialmente através da entrada de mineradoras ligadas à exploração do lítio. Essas empresas têm ganhado visibilidade e gerado disputas territoriais internacionais para a região. Visto isso, examinou-se a entrada de discursos como as ideias de "Vale do Lítio" e "Lítio Verde", associadas às noções de "desenvolvimento sustentável" e "mineração responsável", que estão ligadas à construção de um consenso hegemônico em torno da atividade extrativista na América Latina. Identificou-se assim, como essas narrativas hegemônicas encobrem as assimetrias e constroem uma fachada verde sobre determinadas regiões, enquanto as fronteiras de mineração avançam rapidamente sobre os territórios. Destaca-se também, o papel do neoextrativismo como uma nova fase de exploração intensiva de recursos naturais, impulsionada pelo “Consenso das Commodities”. Ademais, buscou-se compreender por meio de uma revisão teórica, fontes documentais e jornalísticas, quais têm sido os impactos ambientais e sociais para a região do Vale do Jequitinhonha. Consequentemente, constatou-se, que o discurso de determinados empresários em seminários regionais, tem construído uma narrativa que desqualifica os territórios, desde os sujeitos aos recursos naturais, como o rio Jequitinhonha, que é essencial para abastecimento das comunidades locais, como as ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Assim, a estigmatização da água do rio, tem servido para justificar a intensa utilização do recurso pelas mineradoras, enquanto as comunidades locais enfrentam escassez de água potável.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha; mineração; lítio; desenvolvimento; análise de discurso.

“Green Lithium” in The Jequitinhonha Valley: resurgence of developmental discourses and international disputes

ABSTRACT

This article investigates the resurgence and persistence of developmentalist discourses from the mid-20th century to the 21st century concerning the Jequitinhonha Valley, particularly through the involvement of mining companies linked to lithium exploration. These companies have gained visibility and sparked international territorial disputes in the region. Consequently, the entry of discourses such as the concepts of "Lithium Valley" and "Green Lithium", associated with the principles of "sustainable development" and "responsible mining", which are connected to the establishment of a hegemonic consensus surrounding extractive activities in Latin America, has been examined. It has been identified how these hegemonic narratives conceal asymmetries and

construct a green facade over certain regions while mining boundaries rapidly encroach upon territories. Additionally, the role of neo-extractivism as a new phase of intensive natural resource exploitation, driven by the "Commodities Consensus", has been highlighted. Furthermore, through theoretical review and analysis of documentary and journalistic sources, attempts have been made to understand the environmental and social impacts on the Jequitinhonha Valley region. Consequently, it has been observed that the discourse of certain businesspeople in regional seminars has constructed a narrative that discredits territories, from individuals to natural resources like the Jequitinhonha River, which is vital for supplying local communities such as riverside, quilombola, and indigenous communities with water. Thus, the stigmatization of river water has served to justify the intensive use of the resource by mining companies, while local communities face a shortage of potable water.

Keywords: Jequitinhonha Valley; mining; lithium; development; discourse analysis.

"Litio Verde" en El Valle Del Jequitinhonha: resurgimiento de discursos desarrollistas y disputas internacionales

RESUMEN

Este artículo investiga el resurgimiento y la persistencia de los discursos desarrollistas desde mediados del siglo XX hasta el siglo XXI sobre el Valle del Jequitinhonha, especialmente a través de la entrada de empresas mineras vinculadas a la exploración del litio. Estas empresas han ganado visibilidad y generado disputas territoriales internacionales para la región. En este sentido, se examinó la entrada de discursos como las ideas de "Valle del Litio" y "Litio Verde", asociadas a las nociones de "desarrollo sostenible" y "minería responsable", que están vinculadas a la construcción de un consenso hegemónico en torno a la actividad extractiva en América Latina. Se identificó así cómo estas narrativas hegemónicas encubren las asimetrías y construyen una fachada verde sobre determinadas regiones, mientras las fronteras mineras avanzan rápidamente sobre los territorios. También se destaca el papel del neoextractivismo como una nueva fase de explotación intensiva de recursos naturales, impulsada por el "Consenso de las Commodities". Además, a través de una revisión teórica, fuentes documentales y periodísticas, se buscó comprender cuáles han sido los impactos ambientales y sociales para la región del Valle del Jequitinhonha. En consecuencia, se constató que el discurso de ciertos empresarios en seminarios regionales ha construido una narrativa que descalifica los territorios, desde los sujetos hasta los recursos naturales, como el río Jequitinhonha, que es esencial para el abastecimiento de las comunidades locales, como las ribereñas, quilombolas e indígenas. Así, la estigmatización del agua del río ha servido para justificar la intensa utilización del recurso por parte de las empresas mineras, mientras que las comunidades locales enfrentan escasez de agua potable.

Palabras clave: Valle del Jequitinhonha; minería; litio; desarrollo; análisis del discurso.

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, a partir da década de 1960 passou por um processo de regionalização no qual se criou e difundiu o termo "Vale do Jequitinhonha". Nesse processo suas fronteiras foram delimitadas e foram difundidos discursos que defendiam a necessidade de intervenção estatal por meio de projetos de desenvolvimento. Essas intervenções resultaram na proliferação de diagnósticos sociais e, posteriormente, em reportagens de jornalistas que passaram a descrever a região como uma das mais pobres do Brasil. Emergiu também neste contexto, dicotomias, estigmas sociais e estereótipos que perseguem os sujeitos desta localidade até contemporaneamente.

É partir desse período que se criou um discurso hegemônico sobre a região e que vão sustentar as justificativas para a entrada de projetos desenvolvimentistas, que causaram sobretudo diferentes impactos socioambientais, especialmente conflitos de luta pela terra, que embora seja algo histórico na região, se intensificou nesse processo de regionalização (SOUZA, 2022). As intervenções estatais da década de 1960 a 1990, levaram a região emergir como um espaço político e administrativo sob o interesse de promover um desenvolvimento, que pudesse integrar essa área à dinâmica econômica nacional, movida pela industrialização e urbanização.

Assim, o intuito deste artigo consiste em investigar a ressurgência e persistência dos discursos desenvolvimentistas de meados do século XX para o século XXI sobre o Vale do Jequitinhonha, especialmente através da entrada de mineradoras ligadas à exploração do lítio, as quais têm dado visibilidade e gerado disputa territorial internacional para essa região. Dessa forma, o tópico 1, intitulado "Vale do Lítio e a construção de uma 'fachada verde'", propõe-se a analisar a introdução de novas dicotomias, elencando os diferentes interesses em disputa e aprofundando a compreensão dos novos mecanismos desses discursos, analisando o que os diferencia dos projetos anteriores. Dessa maneira, especificamente, examinou-se como as ideias de "Vale do Lítio" e "Lítio Verde", associadas às noções de "desenvolvimento sustentável" e "mineração responsável", estão ligadas à construção de um consenso hegemônico em torno da atividade extrativista na América Latina, considerando a expansão da mega mineração. No tópico 2, intitulado "Neoextrativismo e Desenvolvimento: A era do 'Vale do Lítio'", é feita uma abordagem a partir da discussão teórica sobre o conceito de Neoextrativismo e sua relação com o "Consenso de *Commodities*", investigando como a exploração do lítio se adentra nesta lógica econômica, apresentando, por fim, os desafios enfrentados pelas comunidades locais diante da expansão dessas operações extrativistas.

No que diz respeito ao caminho metodológico, este estudo fundamenta-se na pesquisa qualitativa, contendo a revisão bibliográfica como base para a construção teórica. Além disso, empregou-se a pesquisa documental para analisar os discursos presentes em documentos oficiais do Estado e de empresas, acessados por meio de sites oficiais e redes sociais. Outra fonte explorada são as fontes jornalísticas utilizadas para analisar o papel da imprensa na disseminação do discurso em torno do desenvolvimento "sustentável" a partir da exploração do lítio, mas também para analisar seu papel como instrumento utilizado pelos movimentos locais e de resistência para fazer denúncias contra a atuação das mineradoras. A Análise do Discurso, bem como foi utilizada para examinar as narrativas apresentadas por empresários

em seminários regionais. Nesse sentido, a transcrição dos discursos revelou-se fundamental para a análise.

1. Vale do Lítio e a construção de uma “fachada verde”

O Lítio é um elemento químico utilizado para a fabricação de baterias, carros elétricos e outros diferentes produtos tecnológicos. Atualmente é considerado um elemento estratégico para o setor energético, por ser um insumo de reatores nucleares, fundamental para o armazenamento de energia elétrica produzida por fontes renováveis, além de ser utilizado em medicamentos. O Vale do Jequitinhonha, conforme dados do Invest Minas (Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais) possui 45 depósitos do mineral, o que o torna a maior reserva do país. Ainda de acordo com o governo, o material encontrado no território é de alta pureza, aumentando seu valor de mercado.

A exploração do lítio na região não é algo recente; desde 1991, a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) atua na área. No entanto, nos últimos anos, observa-se uma corrida por esse mineral, resultando na entrada de diversas mega mineradoras de capital internacional. A entrada em cena da empresa SIGMA Lithium, com cerca de R\$ 5 bilhões em investimentos confirmados, não apenas impulsionou essa corrida, mas também inaugurou a campanha do "Lítio Verde". Esta, por sua vez, tem encontrado apoio no âmbito do Estado, visto que o processo de licenciamento ambiental tem ocorrido de forma relativamente rápida, levando a um "boom" de entrada de mineradoras para a exploração desse minério em poucos anos.

Tais informais, são fundamentais, para maior compreensão do papel do Estado nesse processo. Pois ao mesmo tempo que se tem destacado nas mídias os tidos esforços do Governo de Minas com relação ao lítio, o governador facilitou a privatização dos direitos de mineração por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) e da Codemig Participações S/A. Vendendo as únicas ações de Estado na CBL, que confirmou a compra 33,33% das ações realizada em 2022, em um contexto em que esse mineral tem sido extremamente valorizado em termos econômicos. Simultaneamente, o governo estadual tem realizado investimentos volumosos ligados ao marketing, aparelhando assim a exploração do lítio por empresas privadas no Vale do Jequitinhonha. Isto é, o governo estadual não está apenas corroborando com a rapidez do processo de aprovação e facilitando o acesso aos direitos de mineração, mas especialmente, tem contribuído com um marketing ativo e intensivo em nível internacional.

Outra questão importante, que será mais aprofundada neste trabalho, refere-se aos significados da disputa pela exploração, uma vez que há a presença de diferentes mineradoras de países como Austrália, Canadá e Estados Unidos, que têm ingressado nessa corrida. Elas estão investindo cerca de R\$ 1,5 bilhão em projetos em cidades como Salinas, e sobretudo em Araçuaí e Itinga, onde a CBL e a SIGMA Lithium operam atualmente. Além delas, podemos citar a Lithium Resources, Atlas Lithium e Lithium Ionic/MG Lítio.

Visto isto, observa-se que não é a primeira vez que a região vira foco desses discursos. Ao longo do século XX o Vale do Jequitinhonha tornou-se um espaço de intervenção do Estado (SOUZA, 2022), o levando a um processo de "modernização", que resultou na territorialização do capital, isto é, à transformação das terras em capital, sobretudo por meio da titulação (LEITE, 2014). Os discursos em torno do desenvolvimento, faziam parte de um movimento mais abrangente da estratégia de desenvolvimento do Brasil, que tinha como objetivo superar a suposta situação de pobreza e atraso. Essa abordagem era apoiada por um discurso adotado tanto pelo governo federal e estadual quanto pela elite política regional. A partir de então, o discurso da pobreza gradualmente se tornou o argumento central para justificar a necessidade e viabilidade de empreendimentos políticos. Observa-se, que esse discurso tem retornado atualmente, embora com outros interesses, a sua "volta" ou permanência, tem ligação com a atuação de iniciativas privadas do setor minerário a nível internacional.

A respeito do contexto de meados ao final do século XX, é interessante observar, que não aparecia nos diagnósticos nem mesmo nas propostas de desenvolvimento, a existência das riquezas minerais, havia um silenciamento em torno da própria exploração, que já ocorria desde o período colonial a fim de constatarem a extrema pobreza e falta de potencialidade regionais. O que justificava as intervenções e influenciava a saída dos sujeitos dos seus territórios (SOUZA, 2022).

A partir dos anos 1970, observa-se uma intensificação nos jornais em torno da dicotomia entre pobreza e riqueza (cultura), e frisando a necessidade do desenvolvimento regional. Já no início da década de 1980, são inseridos outros aspectos nas reportagens jornalísticas, sendo apresentada uma preocupação com as "potencialidades regionais", sobretudo para atrair investimentos industriais. Dessa maneira, além das oposições entre "Vale da Miséria" e "Vale da Riqueza", após inúmeros diagnósticos sociais e por último alguns planos de desenvolvimento, foi criada uma terceira dicotomia a ideia do "Vale da Esperança", vinculado aos interesses de implementação do Distrito Florestal, que foi instalado

na região pouco tempo depois. Resultando na entrada de empresas para a instalação de grandes projetos de silvicultura baseados na monocultura de eucalipto. A efetivação desse Distrito Florestal, reproduzia a noção de desenvolvimento relacionada a propostas de modernização regional, tendo como princípios novas técnicas de manejo agrícola, especialmente, interligadas aos interesses da indústria siderúrgica nacional e de papel celulose. Atualmente, existe uma gama de produções acadêmicas sobre os impactos socioambientais da monocultura do eucalipto em comunidades rurais e tradicionais, principalmente no Alto Jequitinhonha (ALMEIDA, 2018; SOUZA, 2022; LEITE, 2014).

Visto isso, observa-se que esses elementos e discursos em torno da ideologia do desenvolvimento voltaram à tona na região, sobretudo após a atuação da empresa SIGMA Lithium. A qual tem disputado a corrida pela exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha, instaurando assim uma nova dicotomia, a ideia de “Vale do Lítio” e “Lítio Verde” como suposta saída para o “Vale da Pobreza”.

Nesse sentido, vale iniciar a discussão com uma análise sobre a ação feita pelo Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, ao ir à sede da bolsa eletrônica NASDAQ, considerada a maior bolsa de valores do mundo em negócios de tecnologia e inovação, em Nova York. Essa viagem, será a inauguração desta nova dicotomia, uma vez que foi lançado nesta bolsa o projeto denominado "Lithium Valley" (Vale do Lítio). O lançamento foi basicamente para atrair investimento estrangeiros da cadeia produtiva do mineral no Vale do Jequitinhonha e foi acrescentado no projeto municípios do Norte de Minas e do Vale do Mucuri (inserindo municípios que atualmente não possuem a exploração mineral). Contudo, é importante pensar a importância e o poder desse discurso, que foi legitimado sob a justificativa de gerar emprego, combater a pobreza, e conduzir ao desenvolvimento da região, ou seja, observa-se a mesma lógica do mito do desenvolvimento implementado anteriormente.

De acordo com o governador, o lançamento desse projeto do “Vale do Lítio” significa que Minas Gerais possui grande potencial na produção de metal estratégico e para a “transição energética/energia limpa”. Diante disso, na postagem de sua página oficial no Instagram, o governador escreveu o seguinte comentário:

O mineiro enche o coração de orgulho em ver o Vale do Jequitinhonha, **esquecido por anos**, ser destaque no mundo e se transformar **no Vale da Esperança**. O projeto **Vale do Lítio**, lançado nos EUA depois de **muito esforço do governo de Minas**, **vai transformar a região em potência na produção de lítio**, mineral essencial para fabricação de baterias, gerando oportunidades e empregos no Norte e Nordeste de Minas. (ZEMA, maio de 2023, grifo nosso)

Percebe-se, assim, a ressonância de argumentos utilizados ao longo do último século, incluindo a retomada de dicotomias e jargões da década de 1980, como a referência ao “Vale da Esperança”. O discurso também reforça a ideia de que a região permaneceu esquecida (do setor público, sem responsabilizar o Estado) até a chegada deste projeto, sugerindo assim uma noção de redescoberta, ideia esta, já considerada um mito por autores como Servilha (2012) e Ribeiro (2008) que analisaram o processo de regionalização do Jequitinhonha de meados do século XX. A escolha da plataforma do Instagram permite que Zema alcance não apenas os agentes ligados às mineradoras e investidores, mas também o público em geral, especialmente os sujeitos de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha. O tom e os interesses do seu discurso são manifestados por meio de uma retórica positiva e enfática, em que a escolha de palavras, visa evocar sentimentos positivos e criar uma imagem de transformação para um suposto “progresso” do Vale do Jequitinhonha. Além disso, há um apelo emocional ao patriotismo mineiro, destacando a importância do projeto do “Vale do Lítio” para todo o Estado, sem citar possíveis problemas, promovendo, assim, uma imagem positiva da iniciativa, com o intuito de gerar apoio público e legitimidade para o projeto de exploração mineral na região.

Contudo, é relevante compreender também, que a noção de “Vale do Lítio”, vai muito além da dicotomia, visto que se trata novamente de uma tentativa de criar uma região política e administrativa para fins de intervenção do Estado e dos interesses do capital internacional. Cabe lembrar que o próprio termo “Vale do Jequitinhonha” foi cunhado em 1964 pela CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), em um contexto de regionalização desenvolvimentista, e agora, se tem tentado vincular a região a imagem e a ideia de “Vale do Lítio” resumindo a localidade a esse processo de exploração. E isso, não é por mera coincidência como aponta Bourdieu (1996), uma vez que, os nomes importam, ao passo que a ação de nomear está intrínseca nas relações de poder que geram efeitos de sentidos na realidade. Ele argumenta que os nomes e categorias são mais do que simples rótulos, elas desempenham um papel crucial na construção e manutenção de estruturas de poder e na criação de significados na realidade.

Assim, entende-se que os nomes não são neutros, há diversos interesses por trás dessas ações. A atribuição de nomes muitas vezes implica a criação de hierarquias, e conforme Bourdieu(1996) os sujeitos que possuem poder cultural estão, na verdade, reforçando a hierarquia cultural, promovendo sua própria cultura como superior e desvalorizando outras formas de expressão cultural e é isso que tem ocorrido no Vale do Jequitinhonha historicamente. O ato de nomear não apenas rotula, como também produz

significados e cria valores que moldam a compreensão das pessoas sobre o que é nomeado. Portanto, os que controlam os termos e categorias dominantes têm uma vantagem significativa na definição das normas e valores de determinado local. Observa-se, que esses mecanismos de nomeação fazem parte da *práxis* desse tipo de exploração Neoextrativista.

A respeito dos discursos, Mirta Antonelli (2014) tem produzido importantes contribuições, e tem analisado especialmente a construção do consenso hegemônico em torno da atividade extrativista na América Latina, devido à expansão da mega mineração. Seus estudos examinaram como relatórios, manuais de boas práticas e publicações internacionais sobre mineração em grande escala, compõem uma narrativa influente no setor. Essa narrativa visa promover a agenda transnacional do “desenvolvimento” por meio da “mineração responsável”. Isso resultou, no final dos anos 90 e início do século XXI, em uma colonização discursiva, que tem abrangido aspectos legais, normativos, epistemológicos e culturais.

A mega-mineração, sobretudo desde o início dos anos 2000, tem moldado uma ordem de discurso de "desenvolvimento sustentável" e "mineração responsável". Esse padrão, pode ser observado no Vale do Jequitinhonha, diante da intensificação da exploração minerária. Uma vez que, o surgimento da ideia de "Vale do Lítio" e "Lítio Verde" faz partes dessas estratégias discursivas, ou como aponta Antonelli (2014) é a base do dispositivo de invenção extrativista e retórica estratégica de financiadores, mas também de atores regionais e governamentais, que têm utilizado tais discursos para justificar a contínua exploração da natureza e a subordinação dos governos ao poder do capital. Dessa forma, diferente do final do século XX, no qual as intervenções objetivaram a transformação das terras em capital, sobretudo por meio da titulação (LEITE, 2014), tendo uma agência estatal a frente, agora os interesses estão totalmente relacionados ao capital internacional, e as intervenções são mais diretas desses grupos.

Dessa maneira, essas são as “novas palavras de poder”, que representam a influência do poder financeiro, político e midiático no espaço público em diferentes níveis, expressando a imposição de sua ideologia. Esse discurso estabelece uma ordem discursiva e adota uma estrutura que se projeta com frases que aparentemente equilibram o uso de recursos com a “responsabilidade com as futuras gerações” e a exploração do subsolo tendo a “consciência de sustentabilidade” ambiental (ANTONELLI, 2014). Um exemplo prático desse discurso, está no site ¹oficial da Sigma, que além de estar em inglês, possui um layout com cores remetendo ao cuidado com a natureza e possui os seguintes slogans:

¹ Site da empresa: <<https://sigmalithiumresources.com/>>

Lítio verde e sustentável de alta pureza, obtido de forma responsável: Dedicado a alimentar a próxima geração de veículos elétricos. Posicionar o Brasil como líder na cadeia de suprimentos global de materiais para a **transição energética com operações ambiental e socialmente sustentáveis.**”

O novo padrão em mineração sustentável. Temos o compromisso de **liderar o caminho para o desenvolvimento** de materiais de bateria sustentáveis e **ecologicamente corretos**, proporcionando **um impacto transformador para as pessoas e o planeta**. Nosso compromisso reflete nossos valores fundamentais como uma **empresa responsável e inclusiva**. (TRADUÇÃO DA AUTORA, grifo nosso)

Esse modelo de linguagem tem servido para neutralizar conflitos, disfarçar lutas de interesses e evitar confrontos de valores assimétricos, impondo uma noção de “consenso” (ANTONELLI, 2014). Assim, essas empresas conseguem passar uma imagem de que os empreendimentos estão sendo executados sem nenhum conflito, ao mesmo tempo possuem uma equipe de marketing preparada para combater qualquer tipo de notícia que seja negativa para os investimentos. Por exemplo, observa-se que sempre que surge alguma notícia negativa, rapidamente é postado algo para neutralizar e silenciar as assimetrias, seja na plataforma do Instagram ou em jornais de maior circulação.

No segundo semestre de 2023, em sites jornalísticos², foi noticiado que uma liderança indígena Pankararu da cidade de Araçuaí, denunciou na 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU os impactos da exploração de lítio e das redes de transmissão de energia na região. A Cleonice Pankararu, liderança que vive na aldeia Cinta Vermelha de Jundiba, às margens do rio Jequitinhonha, afirma que: “a SIGMA vem causando impactos na questão hídrica, cultural, na paisagem, na fauna, na flora, estamos percebendo isso na nossa comunidade”. Ela aponta ainda impactos irreparáveis causados à natureza pela mineração de lítio, realizada por essas grandes empresas multinacionais, e destaca o apoio do governo estadual. Além disso, denúncia que todos esses projetos desenvolvimentistas, especialmente da exploração de lítio, estão sendo implementados em seus territórios sem o consentimento livre, prévio e informado, conforme assegura a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além dessa, há outras reportagens³, nas quais movimentos sociais como o MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), mas também lideranças de comunidades quilombolas, denunciam os falsos discursos, o comprometimento futuro do abastecimento de água, poluição sonora, poluição do ar, inflação causada pela atividade da mineradora, a

²CIMI – Conselho indigenista missionário: <https://cimi.org.br/2023/10/pankararu-denuncia-na-onu-exploracao-litio-redes-transmissao-vale-jequitinhonha/>

³ Entrevistas cedidas ao Observatório da Mineração: Reportagem <<https://observatoriodamineracao.com.br/vendido-como-verde-litio-da-canadense-sigma-afeta-indigenas-e-quilombolas-no-jequitinhonha/>>; Jornal Folha de São Paulo: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/indigenas-e-quilombolas-lutam-contra-impactos-ambientais-do-litio-verde-no-vale-do-jequitinhonha.shtml>>

especulação imobiliária, que tem aumentado absurdamente o valor dos imóveis, aumento da violência e ameaças a áreas de proteção.

Uma das estratégias para silenciar as denúncias tem sido o uso de estratégias de marketing, tanto nas redes sociais como o Instagram, quanto em eventos como, conferências e seminários. Nessas ocasiões, a empresa busca afirmar que não está diretamente envolvida nos territórios em questão e que as comunidades tradicionais estão "fora do alcance dos programas de prosperidade", ao mesmo tempo em que declara "apoio às comunidades". Estrategicamente, essas empresas entrelaçam as relações entre capitalismo e democracia, por um lado, e ecologia e extrativismo, por outro. Este discurso apresenta aspectos distintivos que buscam ocultar a violência e minimizar os impactos da mineração, retratando-os como se estivessem limitados apenas ao território onde ocorre a exploração mineral.

Do ponto de vista teórico, esta estratégia pode ser entendida à luz dos estudos sobre o discurso empresarial e manipulação da percepção pública. Outros autores como Chomsky e Herman (1998) argumentam que, as grandes corporações muitas vezes usam táticas de relações públicas para moldar a narrativa em seu favor, minimizando ou desviando a atenção dos aspectos negativos de suas operações. Essas estratégias, muitas vezes, envolvem a construção de uma imagem positiva da empresa como apontado por Antonelli (2014), na tentativa de dissociar suas práticas comerciais de possíveis impactos adversos nas comunidades locais e no meio ambiente. Esse fenômeno destaca a relevância desse tipo de análise crítica das narrativas, que são construídas para influenciar a percepção pública e moldar o debate em torno de suas atividades.

Quanto ao lançamento do "Vale do Lítio e Lítio Verde" na bolsa de valores e considerando os discursos regionais mencionados anteriormente, vale destacar que eles estão principalmente vinculados à noção de "mineração responsável". No entanto, é crucial compreender que esses discursos seguem uma diretriz internacional que atua como uma espécie de salvaguarda antecipada para enquadrar a economia extrativa transnacional. Isso ocorre ao evocar princípios legais de responsabilidade, na tentativa de construir uma imagem aparentemente filantrópica e responsável para as empresas. Os termos utilizados sugerem uma sensibilidade às necessidades das comunidades exploradas, apresentando-se como um compromisso recente com a responsabilidade social empresarial (RSE) e um "compromisso com o ambiente socioproductivo". No entanto, essas abordagens mascaram a voracidade do mercado, a lógica do capital e a violência associada à presença territorial das empresas,

contribuindo para o estabelecimento de um ciclo vicioso que começa a se constituir (ANTONELLI, 2014).

Em concomitância, Laschefski (2021) destaca que a incorporação desses discursos tem gerado benefícios para as empresas. Diante das repercussões negativas na imprensa internacional relacionadas aos crimes ambientais no Brasil, como os desastres das barragens de Mariana e Brumadinho, juntamente com questões envolvendo a Amazônia e povos indígenas, o ambiente de investimento foi prejudicado. Como resposta a essa situação, as mineradoras têm buscado melhorar suas imagens por meio de iniciativas vinculadas à responsabilidade social corporativa. Essas ações são recompensadas à medida que as empresas divulgam suas práticas, resultando no aumento do valor de suas ações (LASCHEFSKI, 2021). Ou seja, não é por acaso que essas mega mineradoras têm destacado em suas plataformas os relatórios de sustentabilidade. Além disso, a escolha do inglês como idioma predominante no site oficial da SIGMA não é uma casualidade, indica que a promoção do Lítio Verde é estrategicamente direcionada a um público específico de investidores de capital internacional. O fato de os valores das ações serem destacados na página inicial, atualizados em tempo real, reforça a ideia de que esse discurso se tornou um negócio e uma competição entre as próprias mineradoras.

Considerando isso, é evidente que tais discursos, há muito introduzidos, possuem agentes responsáveis por sua criação. Esse grupo de atores poderosos, em sua maioria vinculado à indústria da mineração, busca exercer grande influência sobre os Estados e comunidades locais (ANTONELLI, 2014). Eles moldam a narrativa em torno da exploração de recursos naturais, apresentando-a como uma "vantagem natural". No Vale do Jequitinhonha, esses discursos são disseminados por empresários e por uma elite política local. Por exemplo, em um evento ocorrido em Araçuaí, intitulado “Lithium Business: Desafios, Limites e Oportunidades”⁴, em julho de 2023, ocorreram conferências entre os Chefes Executivos das empresas, incluindo empresários como Christopher Gale da Latin Resources, Hélio Diniz da Lithium Ionic, Ana Cabral-Gardner da Sigma Lithium e Vinicius Alvarenga da CBL.

⁴ Cumpre ressaltar que neste seminário não ocorreu nenhuma palestra dedicada à análise dos impactos ambientais, sociais e econômicos causados pela mineração nos territórios. Embora parte do evento tenha sido disponibilizada no YouTube, a maioria das conferências, especialmente as intituladas 'Conferências dos CEOs', transcorreu a portas fechadas para a população civil. Aqueles que se inscreveram puderam apenas acompanhar em uma sala adjacente, restrita unicamente à audição. Para maiores informações acesse o link das transmissões da empresa organizadora <<https://www.youtube.com/@R2ValorPublico>>.

Ana Cabral reproduziu um discurso fundamentado na perspectiva neoliberal, que tem avançado rapidamente nas últimas décadas, na fala abordou a necessidade de agilizar os processos minerários no Brasil para atrair investidores, justificando isso pela competição internacional. Segundo ela, outros países “não querem que nosso território/região se desenvolva [...]. Para que esse capital venha e que nós consigamos atrair os clientes, nós temos que ter essa agilidade e celeridade, *'Speed'*, porque é isso que o cliente exige da gente”. Ela continua enfatizando: “Não precisamos de dinheiro, não precisamos de nada, precisamos de *Speed*, ande rápido porque tem um concorrente no território. [...] Argentina ganha de goleada em velocidade regulatória, vamos perder para a Argentina?”. Essa narrativa é utilizada para justificar a exploração dos recursos naturais dos territórios, como se fosse uma oportunidade única para a população, influenciando assim as percepções e desejos das populações locais.

Essa abordagem se alinha ao último apelo da chefe executiva: “Vou falar uma coisa bem americana assim, liguem para seus representantes em Brasília, liguem para seus representantes em Belo Horizonte, digam, gente o seguinte, o Vale precisa de rapidez, o Vale tem pressa para a gente **não perder esse cavalo selado** né, esse é o esforço de todos nós aqui”. Esse apelo revela uma estratégia que encobre os interesses puramente capitalistas sob o disfarce de uma suposta necessidade urgente da população local. Ao apelar por rapidez e agilidade nos processos minerários, a chefe executiva busca obter apoio, mobilizando a comunidade local e políticos em favor de uma agenda que, na verdade, atende principalmente aos interesses econômicos da empresa. Isso ilustra como os discursos aparentemente preocupados com o desenvolvimento regional podem ser utilizados como véu para justificar a exploração de recursos naturais e dos sujeitos da região, em benefício de grandes corporações, sem necessariamente refletir as reais necessidades e desejos da população local.

Dessa maneira, tais processos ocorridos no Vale do Jequitinhonha estão conectados a um movimento que tem se intensificado na América Latina como todo, especialmente se levarmos em consideração, que neste novo século (XXI), tem ocorrido uma reprimarização da economia, que vem acompanhada com programas neo-desenvolvimentistas globais. Esse processo é caracterizado pela intensidade da desintegração ética e política, como resultado da construção de um novo imaginário desenvolvimentista vinculado à super exploração dos recursos naturais e bens comuns, tendo como base o avanço de políticas neoliberais (ZHOURI *et al.*, 2016). Assim, entende-se a reprimarização das economias latino-americanas, como o resultado da intensa procura por *commodities*, têm reorientado as atividades extrativistas. Esse

regresso, é intensificado com a entrada de potências emergentes, como a China que de modo acelerado tem se tornado um parceiro desigual em termos comerciais com a região (SVAMPA, 2013).

Dessa maneira, a reprimarização da economia que começa ganhar força no final da década de 1970, ou como aponta Svampa (2012) está na passagem do Consenso de Washington para o “Consenso de Commodities”, combina elementos neoliberais com aspectos neodesenvolvimentistas e vai configurando como um processo em que há primazia da exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado, lançado por governos latino-americanos, devido à forte demanda global por matérias primas. Como por exemplo, a exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha, é justificada pelo crescimento da produção de carros elétricos no norte Europeu, considerado algo importante para a dita “transição energética” e uma oportunidade “verde” para o Brasil. Esses movimentos têm forçado os países sul-americanos a se integrarem de forma subordinada a esse processo. Isso resulta na simplificação da economia, visto que, o foco na extração desses produtos, enfraquece as economias nacionais e aumenta a competição entre os países (ZHOURI *et al.*, 2016).

Como apontado por Antonelli (2014) e por Laschefski (2021), todos esses direcionamentos das mineradoras, além de continuarem reproduzindo os discursos em torno do desenvolvimento, seguem uma orientação, por exemplo, de conselhos internacionais de mineração, que têm se proposto a desenvolver princípios e critérios internacionais para uma mineração responsável, estabelecendo inclusive relações com a ONU, Fórum Econômico Mundial, entre outras instituições. No entanto, percebe-se que as consequências desses discursos e discussões em torno da mineração responsável e desenvolvimento sustentável, foram o fortalecimento de um instrumento denominado "fachada verde", que tem possibilitado a invasão de mais uma frente de colonização em novos territórios (LASCHEFSKI, 2021).

Esse fenômeno é evidente no Vale do Jequitinhonha, como parte de um processo conectado à intensificação e avanço da fronteira mineral na América Latina, tendo como suporte essa "fachada verde" que tenta encobrir a voracidade da exploração. A título de exemplo, de acordo com os processos minerais disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e dados analisados pelo Observatório dos Vales do Semiárido Mineiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), observa-se que entre 1973 e 2021, houve 188 processos minerários ligados ao lítio no Jequitinhonha. Apenas de

2021 a 2023, foram registrados 370 processos, e somente de janeiro a abril de 2023, foram abertos 188 novos processos, e esses últimos, correspondem a quase 500 mil hectares de terra.

Diante deste número, a mineradora canadense SIGMA Lithium anunciou, no início de novembro de 2023, um aumento de mais 25% em suas reservas de lítio em Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha. A empresa identificou novas reservas, estimadas em 26 a 30 milhões de toneladas de lítio para a quarta etapa de exploração do projeto Grota do Cirilo.⁵ Essa expansão evidencia o interesse acelerado no programa exploratório por parte dessas novas empresas, principalmente canadenses e australianas. Essas organizações, assim como outras, têm identificado novas reservas na região, indicando uma intensificação da exploração, o que evidencia sinais de uma enorme degradação ambiental.

2. Neoextrativismo e Desenvolvimento: A era do “Vale do Lítio”

É indubitável que a exploração e exportação de matérias primas não são atividades recentes na América Latina, entretanto observa-se nos últimos anos do século XX um cenário de mudanças no modelo de acumulação, devido a expansão de megaprojetos, com intuito de controle, extração e exportação de bens naturais, sem valor agregado. Dessa maneira, esse processo concerne ao que tem sido denominado de "Consenso das *Commodities*", que se refere a entrada de uma nova ordem, econômica, e política ideológica (SVAMPA, 2013). Sua sustentação tem sido o "boom" dos preços internacionais das matérias primas e dos bens de consumo que têm sido requeridos em demasia por países centrais e potências emergentes, que segundo Svampa (2013), produz vantagens comparativas concretas no crescimento econômico e no aumento das reservas monetárias, à medida que produz novas assimetrias e intensas desigualdades para os latinos americanos.

Svampa (2013), nesse sentido faz comparações relevantes no que ela denominou de passagem do "Consenso de Washington" para o Consenso de *Commodities*, e isso tem relação direta com as transformações dos discursos desenvolvimentistas, introduzidos no Vale do Jequitinhonha, mas também na América Latina. Uma vez que, existe uma certa "ruptura" de elementos dos anos 90. Visto que, o Consenso de Washington deu o primeiro passo, ao colocar a valorização financeira no centro das agendas, ter conduzido a construção e uma política de ajustamento e privatizações, definindo o Estado como agente regulador, além da homogeneização política marcada por suas proximidades com as receitas neoliberais. Já o

⁵ Revista mineração: Acesso em <<https://revistamineracao.com.br/2023/11/03/sigma-anuncia-aumento-de-25-em-suas-reservas-de-litio-em-mg/>>

Consenso de *Commodities*, coloca no centro a implementação de projetos extrativistas orientados para a exportação, e observa-se uma maior flexibilidade com relação ao papel do Estado (temos como exemplo, as ações do governo de Minas Gerais, a partir da atuação do Governador Romeu Zema). Contudo, há continuidade entre esses dois períodos, como a manutenção das bases regulatórias e legais que têm sido fundamentais para a expansão extrativista, devido a essa garantia e segurança jurídica ao capital e uma exorbitante rentabilidade empresarial. Ademais, o Estado em alguns casos assume papel ativo, por meio de expropriações, estabelecendo novas regulamentações que reforçam a associação com o capital transnacional durante a fase das *commodities* (SVAMPA, 2013).

Assim, entende-se o Consenso das *Commodities*, é o aprofundamento das dinâmicas de desapropriação de terras, e recursos que tem produzido formas de dependência e dominação. Entre as características mais comuns, está a tendência à monoprodução, isto é, pouca diversidade econômica, que causa ainda mais dependência dos empreendimentos, além de uma lógica de ocupação dos territórios claramente destrutiva (SVAMPA, 2013). Dessa maneira, por meio de uma visão produtivista e eficiente do desenvolvimento, é influenciado a desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, visualizados socialmente como vazios, ou “áreas de sacrifício” em prol o progresso seletivo (SVAMPA, 2013). Esse discurso, segue a mesma lógica das justificativas empregadas na década de 70, no qual os sujeitos dos territórios eram vistos como irracionais, e que não faziam uso racional dos bens naturais/terra, e por isso estariam condenados à pobreza e atraso. Caberia, portanto, ao Estado a partir dos projetos desenvolvimentistas dar função a essa terra (SOUZA, 2022). No século XXI, o discurso tem se remodelado, percebe-se assim a destruição e a usurpação dos territórios postos como necessários para o desenvolvimento.

No 1º Seminário de Exploração do Lítio intitulado "Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Vales", promovido pela Frente Mineira de Prefeitos⁶, a chefe executiva da SIGMA, Ana Cabral, proferiu algumas declarações e reflexões que materializam e representam essa desvalorização do território. É crucial compreender que essas caracterizações são parte de uma prática comum, com raízes na colonização, e que posteriormente persistiram nos discursos desenvolvimentistas que alcançaram a região. Dentre os elementos desqualificados, destaca-se o rio Jequitinhonha, que é descrito pela empresária da seguinte forma:

⁶ Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=_wluTqE6yqw&ab_channel=FrenteMineiradePrefeitos >

{...} Estamos usando **a água de esgoto do Jequitinhonha**, {...} 100% da água é reciclada, é uma água que a gente pega no Jequitinhonha, assim eu vou mostrar para vocês um dia, essa água dá vontade de chorar. {...} **A água é calibre esgoto**, ninguém gosta de ouvir, a verdade dói e como isso aconteceu, no meio da pandemia começou **marrom, marrom**, todo mundo achava que era óxido de ferro, **não era, era cocô então assim, flutuante sólido fecal flutuante simples assim**, no rio mais bacana da região que passa do lado da sede é triste mas é a realidade, **esgoto in natura**, então essa é realidade da região, temos que tratar a água na entrada. **Eu mostro para os estrangeiros eles ficam horrorizados**, a gente teve que construir uma estação de tratamento de esgoto de entrada, a água era tão suja que não era viável para uso industrial, e assim, beber esquece, **beber morreu**. Resultado colocamos esta estação de tratamento para limpar a água, para entrar na planta {...} porquê a “pá” não lia o micro densímetro, ou seja a gente não estava conseguindo fazer a planta funcionar com essa água, era nesse nível, resultado **é uma água que ficou cara para a gente**, a gente recircular 100% e dessa secagem de água que é empilhado a seco. (ANA CABRAL GARDNER, 2023, grifos nossos)

Diante dessa passagem, observa-se uma desqualificação da qualidade da água do rio Jequitinhonha, que é essencial para o Vale como todo, e fonte de abastecimento para municípios como Itinga, e utilizado diretamente por comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Visto isso, é crucial salientar, desde o princípio, que essa descrição estigmatizante do rio carece de uma análise histórica e técnica, pois ignora não apenas sua coloração natural, mas também os impactos da construção da barragem de Setúbal que tem aumentando a turbidez da água, conforme análises de Martins *et al*, (2017) e projeto de intervenção (2021), elaborado pela UFMG para a cidade de Jenipapo de Minas.

Essa desqualificação do rio pode ser interpretada como uma estratégia para justificar a intensa utilização desse recurso hídrico em uma região propensa à seca devido aos longos períodos de estiagem. Ao afirmar que a água tem ficado cara para a empresa e que ela é inadequada para consumo, como se fosse um recurso de pouca importância para a região, ela visa amenizar uma imagem negativa para os investidores, especialmente diante possibilidade de crescente conflito por esse recurso, sendo esse um dos principais desafios a serem enfrentados pela mineração. Outra controvérsia, refere-se ao fato de a empresa constantemente estar utilizando caminhões pipas para molhar a estrada que dá acesso a suas instalações, melhorando a trafegabilidade dos caminhões, enquanto isso na região várias comunidades rurais têm tido dificuldades de ter acesso à água para atividades básicas, como beber. Para tanto, observa-se denúncias por parte de movimentos sociais, que desde o início da entrada das novas mineradoras, alertavam para os impactos diretos dos empreendimentos no acesso à água da população local. Conforme uma nota do Movimento dos Atingidos por Barragens⁷, enquanto as comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha têm uma reserva de

⁷Acesse: <<https://mab.org.br/2023/05/06/mp-recomenda-a-anulacao-de-pesquisa-de-mineradora-sigma-em-aracuai-mg/>>

16.000 litros de água para consumo doméstico ao longo de 8 meses de estiagem (2 mil litros por família por mês), a outorga concedida pela Agência Nacional das Águas (ANA) à Sigma na região de Itinga é de 3,8 milhões de litros por dia (100 milhões de litros por mês), o que seria suficiente para abastecer 34.000 famílias. Esses números ressaltam a disparidade entre as necessidades locais e a concessão para a mineradora. Além disso, no próprio relatório do EIA/RIMA da SIGMA Lithium há essas indicações, evidenciando um uso intensivo desse recurso.

Ademais, recentemente a SIGMA demonstrou interesse em explorar a Área de Preservação Ambiental (APA) da Chapada do Lagoão, considerada uma localidade de recarga hídrica da região, por conter mais de cem nascentes, além de ser composta por centenas de famílias, especialmente quilombolas. Vale salientar, que neste contexto o Conselho da APA, sob pressão, aprovou a pesquisa mineral de lítio na região, que motivou a reação de comunidades quilombolas, ativistas e políticos na defesa da APA. Diante da ameaça ao território, líderes das comunidades juntamente com o MAB denunciaram que o processo violava direitos das comunidades tradicionais quilombolas, pela não realização de consulta prévia, livre, informada e de boa-fé. Dessa maneira, o Ministério Público de Minas Gerais, após acionado, recomendou a anulação da aprovação, que foi confirmada em maio após nova decisão do conselho da APA⁸. Isso, conseqüentemente, tem levantado preocupações sobre os impactos ambientais e sociais das operações das empresas nesta região. Esses aspectos ressaltam a complexidade do conflito em torno da água e a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os interesses por trás dessa estigmatização do rio.

Diante desse cenário, cabe discutir sobre o conceito do Neoextrativismo, entendido aqui enquanto um mecanismo do "Consenso de *Commodities*", sendo o lítio um dos seus produtos primários a serem explorados. O Neoextrativismo, conforme definido por Svampa (2013, p. 34), representa um modelo de acumulação fundamentado na superexploração de recursos naturais e na expansão sobre territórios anteriormente considerados "improdutivos". Esse modelo estabelece uma dinâmica vertical que impacta violentamente territórios caracterizados por relações horizontais, resultando na desestruturação de mercados, economias locais e regionais, além da destruição da biodiversidade e dos modos de vida das comunidades locais (ZHOURI, 2023).

⁸ Para saber mais sobre esse processo, acesse a nota de rodapé anterior e a matéria do Jornal Brasil de Fato em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/23/mineradora-sigma-tem-licenca-suspensa-em-aracuai-ainda-ha-povos-tradicionais-em-risco>.

Gudynas (2016) argumenta que os extrativismos representam uma forma específica de apropriação de recursos naturais, identificado pelo grande volume da extração/alta intensidade, no qual a metade ou mais dos recursos são exportados como matérias primas, sem processamento industrial ou limitado. Esse grande volume retirado, inclui-se a mochila ecológica do material extraído, isto é, da quantidade total dos recursos extraídos ou removidos, uma parte considerável é descartada, para a obtenção do material voltado à exportação. Como é o caso da extração do "lítio" que é encontrado no espodumênio (mineral). Inclusive, entre as enormes toneladas retiradas desse material, uma boa parte não é utilizada. Com relação a produção de resíduos, observa-se que, enquanto a CBL produzia cerca de 10% de resíduos devido à mineração subterrânea do Pegmatito Litinífero, a mina a céu aberto da SIGMA produz 96% de rejeitos⁹, isto é, retira mais rejeitos do que o mineral desejado. Gudynas (2016) também destaca uma crítica ao termo "indústrias extrativas", ressaltando que minerais não são "produzidos", mas sim extraídos. Esse ponto é relevante na crítica à abordagem da SIGMA, que se refere à sua atividade como "pré-industrial".

Contudo, percebe-se que o extrativismo tem funcionado enquanto dialética do desenvolvimento, e pode ser caracterizado como um dispositivo do colonialismo moderno. Que tradicionalmente, produz "desenvolvimento" no centro, ou seja, concentração e acumulação dos meios de poder e consumo, e subdesenvolvimento nas suas periferias, por meio da superexploração de natureza, desde ambiente geofísico-biológico/terra até os internos referentes a força de trabalho (ARAÓZ, 2016).

Além disso, extrativismo não está apenas vinculado à estrutura genética do colonialismo, mas sobretudo, e possivelmente como aponta Araóz (2016) de maneira mais determinante, à colonialidade. Esse fenômeno refere-se à naturalização e internalização das hierarquias impostas pelo colonialismo, bem como à perpetuação dos modos de exploração nas áreas colonizadas. O extrativismo, dessa maneira, não apenas cria desigualdades econômicas globais, como também promove o imperialismo ecológico, mantém a hegemonia política e cultural de determinadas regiões e bem como contribui para a formação de regimes oligárquicos nas regiões periféricas. Cabe pontuar, que essa hegemonia política e cultural, contemporaneamente, não se trata mais ou apenas do ocidente Europeu, principalmente se levarmos em consideração que o motor da reprimarização da economia do mundo tem sido a

⁹ Fonte: Jornal Brasil de Fato de Minas Gerais(2023) na matéria, é entrevistado o professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Klemens Augustinus Laschefski, pesquisador do campo de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, o qual destaca informações relevantes para a análise. Acesso-em<<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/05/na-argentina-comunidades-indigenas-lutam-contra-impactos-do-litio-e-vivem-cenas-de-ditadura> >

China, ou seja, é preciso levar em consideração, esta nova configuração geopolítica do século XXI, que é ainda mais complexa, inclusive para entender o neoextrativismo. No entanto, não há dúvidas que o extrativismo surge como estrutura epistêmica, econômica, ecológica e política da civilização moderna do capital. Ao criar o centro e suas periferias, inventa ou impõe nessa última um espaço abismal de extração e zona de sacrifício (ARAÓZ, 2016).

Ademais, analisando a diferença dos interesses entre o desenvolvimento do final do século XX para o tipo de discursos implementado atualmente no Vale do Jequitinhonha com a ideia de "Vale do Lítio", é fundamental compreender o funcionamento dessa lógica neoextrativista. Pois, o extrativismo, conforme Araújo (2016, p.21) refere-se a uma estrutura socioeconômica que se baseia na exploração intensiva dos bens naturais (como sempre foi na região), com um foco na exportação de matérias-primas como impulsionadoras do crescimento. Entretanto, a diferença está no fato, de os setores exportadores primários nas últimas décadas, estarem sob o controle (comercial, tecnológico e financeiro) de atores centralizados na economia global, resultando em uma dependência estrutural do mercado mundial no que diz respeito às atividades econômicas internas, como consumo, poupança, investimento e emprego. Nessas estruturas, a exploração extensiva e intensiva dos recursos naturais desempenha um papel central na organização das estruturas econômicas, sócio territoriais e de poder (ARAÓZ, 2016).

Portanto, as economias extrativistas exercem um efeito de expropriação sobre as populações locais. As economias locais, frequentemente rotuladas como "tradicionais", "atrasadas" e "não competitivas", sofrem o impacto desagregador da entrada do capital, proporcional ao volume de investimentos e à escala das operações (ARAÓZ, 2016). Conforme Santos (1994), isso resulta na imposição de "verticalidades" sobre as "horizontalidades" do território. O território local perde suas características próprias, suas propriedades e funções locais, bem como os circuitos internos de valores, produtos, práticas e significados, são desvalorizados e fragmentados.

Em suma, como alertado por Milton Santos (1979), quando um modelo de crescimento voltado para o exterior é adotado, o Estado e a Nação perdem o controle sobre a organização do espaço. O Estado passa a ser um instrumento submisso e facilitador das demandas do capital hegemônico, sendo essa uma característica das sociedades baseadas em economias extrativistas, que estão sobre novas formas de organização transnacional (SASSEN, 2010). Nessas circunstâncias, é o capital global que, em última análise, dita as regras nos territórios, estabelecendo regulamentações que transcendem as fronteiras nacionais e criando uma

territorialidade vertical, transnacional, alinhada com as necessidades da acumulação global. Assim, uma das problemáticas que acontece no Vale do Jequitinhonha, isto é no Brasil e na América Latina como todo, é que ao passo que grandes conglomerados transnacionais de extração de matérias-primas se expandiram e se firmavam, o perfil industrial regional e a relevância do mercado interno como impulsionador econômico começaram a diminuir (ARAÓZ, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexa teia de discursos desenvolvimentistas que permeiam a entrada de mineradoras, especialmente voltadas para a exploração do lítio, no Vale do Jequitinhonha, compreende-se que estamos testemunhando a ressurgência e persistência de narrativas que remontam aos meados do século XX. A região, que historicamente foi palco de projetos e ideias vinculadas ao desenvolvimento, agora se vê envolvida em uma disputa territorial internacional, impulsionada pela visibilidade proporcionada pela campanha “Vale do Lítio e Lítio Verde”. Além disso, a introdução dessas novas dicotomias, estão intrinsecamente associadas às noções de "desenvolvimento sustentável" e "mineração responsável", que revelam a construção de um consenso hegemônico em torno da atividade extrativista na América Latina. No qual se estabelece uma aparente harmonia, enquanto encobre uma série de interesses em disputa.

No século XX, teorias como desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalidade entre outras interpretações, tensionaram o campo desenvolvimentista, moldando discursos e práticas, que agora se desdobram no século XXI. Essa matriz evolucionista categoriza as sociedades em níveis de desenvolvimento, simplificando a complexidade social, cultural, política e econômica de cada sociedade e do mundo em uma única trajetória histórica linear. Essa visão reducionista resulta em formas de apropriação violenta do espaço do outro, além de submetê-lo a diferentes riscos, obscurecem as diferenças, diversidades, identidades e escolhas coletivas (ZHOURI *et al.*, 2016).

Entre as reformulações dos discursos sobre desenvolvimento regional utilizados contemporaneamente, está o fato de nas últimas décadas essa intervenção estarem posta dentro de uma lógica mais neoliberal, e as intervenções do capital internacional serem mais diretas nos territórios, isto é, as iniciativas privadas têm desempenhando esse papel de forma mais explícita e intervencionista nos territórios, do que nas décadas anteriores, além de contarem com maior aporte legal. Como aponta Escobar (1998), embora os princípios

desenvolvimentistas sejam os mesmos que produziu um aparato muito eficiente para produzir conhecimento sobre o exercício de poder sobre o “Terceiro Mundo”, esse aparato desde de 1955 não cessou em produzir novas estratégias e modalidade de poder, novas práticas, teorias, estratégia etc.

Assim, o panorama delineado no artigo evidencia a voracidade pela exploração de bens naturais no Vale do Jequitinhonha, diante da construção de uma fachada verde alinhada a estratégias de marketing que tentam silenciar a crescente resistência, especialmente por meio de discursos que buscam legitimar a presença das mineradoras enquanto supostos agentes benéficos para o desenvolvimento regional. Nesse contexto, as estratégias de responsabilidade social corporativa e os discursos que promovem a imagem de uma "mineração verde" surgem como ferramentas fundamentais para neutralizar os conflitos e conquistar aceitação local e internacional.

Dessa maneira, o neoextrativismo no Vale do Jequitinhonha se manifesta na exploração e busca por novas reservas de lítio por parte de mineradoras, como a SIGMA Lithium. Esse movimento reflete uma lógica vertical de exploração intensiva de recursos naturais, promovendo a dependência estrutural do mercado mundial e resultando em destruição ambiental, ameaça aos recursos hídricos, mudanças climáticas e na qualidade de vida da população, entre outros impactos. Ou seja, o neoliberalismo e o neoextrativismo tem instaurado transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas, ecológicas, políticas e culturais da região. Assim a intensificação das exportações primárias desde o início do século XXI, tem provocado uma reconfiguração abrangente na sociedade, cultura, território e indivíduos, tornando-os dependentes dos crescentes fluxos de recursos necessários para reativar o capitalismo em escala global (ARAÓZ, 2016). É crucial compreender que a intensificação da exploração do lítio não só altera a paisagem física, mas também redefine as dinâmicas sociais, econômicas e políticas, muitas vezes à custa das populações locais e de seus modos de vida tradicionais.

Portanto, conclui-se que o desafio reside em desvelar as camadas dos discursos desenvolvimentistas, questionando suas premissas e examinando de perto os impactos reais sobre o socioeconômico, o meio ambiente e as comunidades. A persistência dessas narrativas, adaptadas ao contexto contemporâneo, demanda uma análise crítica contínua e uma reflexão aprofundada sobre os verdadeiros custos do chamado "desenvolvimento", agora associado à mega mineração de lítio.

AGRADECIMENTO: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de doutorado, que tornou possível a realização deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Clebson Souza de. **Território da água, território da vida: Comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 115p. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

ANTONELLI, Mirta Alejandra. **Megaminería transnacional e invención del mundo cantera**. Nueva Sociedad, n. 252, julho/agosto de 2014.

ARÁOZ, H. **Ecología Política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en Nuestra América**. Revista Bajo el Volcán, vol. 15, Nº 23, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, sept.-febrero de 2016 pp. 11-51.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

CHOMSKY, N., & HERMAN, E. S. "Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media." Pantheon, 1988.

ESCOBAR, Arturo,. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Editorial Norma, 1998.

GUDYNAS, E. **Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame**. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P. e CASTRO, E. – Mineração na América do Sul. Neoextrativismo e Lutas Territoriais. São Paulo: Annablume, 2016

LASCHEFSKI, Klemens. **O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”**: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. *Ambientes. Revista de Geografia e Ecologia Política*. v. 3 n. 2 (2021): Segundo Semestre de 2021.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro**. *Boletim Campineiro de Geografia*. Campinas, v. 4, n. 1, p. 60-81. 2014.

MARTINS, Gerson Lucas Alves; et al. **Qualidade da água do rio Setúbal em Jenipapo de Minas – MG após construção de barragem**. Taubaté (SP): *Ambiente & Água*, 2017, vol. 12, núm. 6, p. 1025-1039.

RIBEIRO, Ricardo. **Mudando para continuar sendo: a organização dos movimentos de atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha**. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, ED. UFV, 2008.

SANTOS, Milton. **“O retorno do Território”**. Em Santos, M., Souza, M., Silveira, M. (Org.), *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **“Espaço e Sociedade (Ensaio)”**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.

SASSEN, Saskia. **Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales**. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

SERVILHA, Matheus de M. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. 2012. 354p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SOUZA, Lauanda Lopes de. **Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha**. 2022. 132p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. En CLACSO - OSAL Año XIII, N° 32, 2012.

SVAMPA, Maristella. **Consensus de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina**. Revista Nueva Sociedad. n. 244, p.30-46, 2013.

ZEMA, Romeu. 10 de maio 2023. "**Lithium Vally**" [Fotografia]. @romeuzemaoficial. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsFJzoSgwqC/?igsh=MW16bzZxNmdqajZtZA==>. Acesso em 06 de fev. de 2024.

ZHOURI, Andréa. **Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais**. Horizontes Antropológicos, v. 29, 2023.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P. e CASTRO. E. – **“Introdução”**. In: Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo, Annablume, 2016.

Lauanda Lopes de Souza

Doutoranda em História na UFMG, possui Mestrado pelo programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), licenciatura em História e possuiu Bacharelado do curso Interdisciplinar em Humanidades pela UFVJM, é técnica em Informática pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Araçuaí, além de ter formação técnica em teatro pelo IFNMG - Campus Diamantina.

Email: lau185souza@gmail.com